# LEGISLATIVO AGORA

**NATAL/RN, SEXTA-FEIRA,** 27 DE NOVEMBRO DE 2026 EDIÇÃO Nº 67 | ANO 9 | 7.500 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte


JOÃO GILBERTO / ALRN




# ALRN APRESENTA SOLUÇÕES DE IA

**Págs. 2 e 3 –** Em encontro sobre inteligência artificial, AL mostrou ferramentas que transcrevem sessões e facilitam a consulta a normas da Casa

**INDÚSTRIA. 6 E 7**

## Legislativo aprova Política Industrial do Rio Grande do Norte

**POSSE. 12 E 13**

## Assembleia conduz posse de Cadu Xavier e Larissa Rosado

**PROMULHER. 14 E 15**

## ALRN realiza campanha contra a violência de gênero

# ALRN compartilha soluções de inteligência artificial e fortalece cooperação tecnológica no RN

*Durante encontro da Governança de IA para o RN, Assembleia apresentou ferramentas utilizadas na modernização dos processos legislativos e administrativos e participou de debate sobre segurança digital e inovação*

A inteligência artificial vem transformando a maneira como instituições públicas organizam informações, prestam serviços e executam suas atividades. No Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa participa desse processo com o desenvolvimento e a utilização de ferramentas tecnológicas voltadas à modernização da administração, à ampliação do acesso à informação e à eficiência do trabalho parlamentar.

Essa experiência foi apresentada durante a 10ª Reunião da Governança de IA para o RN, na última quinta-feira (26), na sede do Legislativo estadual. O encontro reuniu representantes de instituições públicas, universidades, setor produtivo e entidades ligadas à tecnologia para compartilhar iniciativas, discutir desafios e fortalecer a cooperação em torno da inteligência artificial no Estado.

Durante a programação, a equipe da Diretoria de Gestão Tecnológica e Inovação da ALRN demonstrou ferramentas já incorporadas à rotina da Casa. Entre elas estão o reconhecimento facial, o Legis Vídeos, responsável pela transcrição de sessões plenárias e audiências públicas, e o Dialogar, sistema de inteligência artificial generativa que facilita a consulta a normas e documentos institucionais. Também foram apresentadas aplicações em desenvolvimento e perspectivas para ampliar o uso dessas tecnologias nos processos legislativos e administrativos.

A apresentação despertou o interesse de representantes de outras instituições, especialmente pela possibilidade de adaptação das soluções. Hugo Ferreira dos Santos, chefe do Escritório de Processos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), destacou a funcionalidade das ferramentas e a viabilidade de sua implantação em diferentes organizações. "O que chamou a atenção foram recursos como a transcrição e o reconhecimento facial, com soluções que não exigem equipamentos muito caros ou tecnologias excessivamente sofisticadas. São ferramentas que funcionam, trazem resultados e podem ser implantadas de forma mais simples em outras instituições", avaliou.

Para o gestor do IA Lab do Sebrae-RN, Carlos Von Sohsten, os encontros da Governança, realizados desde o final de 2024, fortalecem a integração entre instituições que enfrentam desafios semelhantes na adoção da inteligência artificial e na segurança digital. "A proposta é criar um ambiente de colaboração, em que as instituições possam compartilhar o que estão fazendo, aprender umas com as outras e desenvolver parcerias. Isso fortalece o nosso ecossistema de tecnologia", afirmou.

EDUARDO MAIA/ ALRN




Assembleia Legislativa sediou a 10ª Reunião da Governança de IA para o RN, que reuniu representantes de instituições públicas, universidades e do setor produtivo para trocar experiências sobre IA

EDUARDO MAIA/ ALRN




Entre as ferramentas apresentadas pela equipe de tecnologia da AL estão o Legis Vídeos, que transcreve sessões plenárias e audiências públicas e o Dialogar que usa IA para consultar normas

# Cibersegurança e cooperação institucional

Um dos principais encaminhamentos da reunião foi a entrega da Nota Técnica nº 001/2026 ao Instituto Metrópole Digital (IMD), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e ao Parque Tecnológico Augusto Severo (PAX). Elaborado coletivamente pelas instituições integrantes da Governança, o documento reúne recomendações para fortalecer a cibersegurança no Estado e subsidiar discussões sobre políticas públicas, marcos regulatórios e investimentos na área.

A nota também destaca a necessidade de ampliar a formação de profissionais e desenvolver capacidades humanas, financeiras e tecnológicas para que as instituições públicas possam enfrentar os desafios da segurança digital. A iniciativa reforça a importância da cooperação entre universidades, poder público e setor produtivo na construção de soluções para proteger informações e ampliar a capacidade de resposta a ameaças virtuais.

## Atuação legislativa

Além de incorporar novas tecnologias à sua rotina, a Assembleia Legislativa também participa do debate sobre as regras que devem orientar seu uso. O Rio Grande do Norte já conta com normas relacionadas à inteligência artificial e à proteção digital, além de propostas em tramitação na Casa.

Entre as leis em vigor está a Lei nº 11.934/2024, que instituiu a campanha CiberCuidado, voltada à prevenção de crimes cibernéticos cometidos com uso indevido da inteligência artificial, especialmente contra crianças e adolescentes. Também está em vigor a Lei nº 12.691/2026, que proíbe a exigência de reconhecimento facial ou biometria de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e outras condições neurodivergentes.

Na área da transparência, tramita o Projeto de Lei nº 283/2026, de autoria do deputado Gustavo Carvalho (PL), que disciplina o uso de conteúdos gerados por inteligência artificial na publicidade oficial de obras públicas. Outra proposta, do deputado Hermano Morais (PV), institui a Política Estadual de Fomento à Inovação em Inteligência Artificial. Já o Projeto de Lei nº 377/2026, da deputada Cristiane Dantas (PSDB), estabelece diretrizes para a formação e o uso consciente da IA na rede pública estadual de ensino.

As iniciativas demonstram que a transformação tecnológica exige atuação em diferentes frentes, desde o desenvolvimento de ferramentas e a qualificação profissional até a proteção de dados e a atualização da legislação. Ao compartilhar suas experiências e participar da construção de recomendações para o setor, a Assembleia Legislativa reforça sua contribuição para o desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Norte, aproximando inovação, cooperação institucional e produção legislativa.

# José Dias encerra trajetória de 40 anos na Assembleia Legislativa

*Sessão solene reuniu autoridades, familiares e parlamentares para reconhecer a trajetória do deputado, que encerra dez mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa do RN*

EDUARDO MAIA / ALRN




José Dias recebeu uma placa comemorativa pelos 40 anos de vida parlamentar durante a sessão solene proposta pelo deputado Gustavo Carvalho na ALRN

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte realizou, na tarde desta quarta-feira (25), uma sessão solene em homenagem aos 40 anos de vida parlamentar do deputado estadual José Dias (PL). Proposta pelo deputado Gustavo Carvalho (PL), a cerimônia reuniu autoridades dos poderes Judiciário e Legislativo, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, familiares e amigos do parlamentar, que encerra neste ano sua trajetória na Casa após dez mandatos consecutivos.

Durante a solenidade, foram exibidos vídeos com mensagens de reconhecimento e depoimentos sobre a trajetória política e pessoal do homenageado. Também houve pronunciamentos de parlamentares e a entrega de uma placa comemorativa. Ao receber a homenagem, José Dias agradeceu aos familiares, amigos, eleitores e colegas de Parlamento e afirmou que pretende continuar participando da vida pública do estado, agora como cidadão.

A trajetória de José Dias na política começou antes de sua chegada à Assembleia. Em 1962, ele apresentou sua primeira candidatura ao Legislativo estadual. Foi eleito deputado em 1986, pelo PMDB, e, desde então, permaneceu na Casa por dez legislaturas consecutivas. Em 2022, conquistou mais de 49 mil votos para o décimo mandato.

Ao longo desse período, participou de diferentes etapas da história política do Rio Grande do Norte. Foi integrante da Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição Estadual de 1989 e, três décadas depois, trabalhou no processo

EDUARDO MAIA / ALRN



Eleito pela primeira vez em 1986, José Dias exerceu dez mandatos consecutivos

de atualização do texto constitucional, como lembrou Gustavo Carvalho em seu pronunciamento.

O propositor da homenagem falou em nome da Assembleia e ressaltou a atuação do colega nas atividades parlamentares, especialmente na fiscalização dos atos do poder público e nos trabalhos das comissões da Casa.

"Existem homens que passam pela vida pública, e há outros que constroem história. José Dias escreveu a sua! São quarenta anos de vida parlamentar. Dez mandatos consecutivos marcados pela inteligência, coerência, pelo espírito público, zelo, respeito,

honestidade e fiscalização implacável dos atos e fatos que permeiam o dia a dia dos que, como ele, procuram honrar cada voto recebido", afirmou.

Gustavo Carvalho também mencionou a participação de José Dias na elaboração da Constituição Estadual e na atualização do documento. Para ele, a dimensão da trajetória do deputado não está apenas nas sucessivas vitórias eleitorais, mas no trabalho realizado e na contribuição deixada ao Parlamento potiguar.

## Reconhecimento e vínculos pessoais

EDUARDO MAIA / ALRN

A homenagem também destacou aspectos da vida pessoal do deputado. Em vídeo produzido pela TV Assembleia, familiares e amigos falaram sobre sua relação com a família, a fé e o trabalho. O filho, Marcelo Alves, procurador regional da República, relatou a proximidade entre os dois.

"Até hoje, eu falo com o meu pai e vou na casa dele todos os dias. Nós somos muito unidos. Ele é muito presente na minha vida", contou.

A irmã Maria Lourdes Dias de Souza afirmou que José Dias herdou do pai o espírito político e o amor pelo trabalho, enquanto da mãe recebeu força e sabedoria. O amigo Ricardo Bittencourt também ressaltou a determinação do deputado em defender aquilo em que acredita.

O ex-governador Garibaldi Alves Filho, que foi companheiro de trabalho de José Dias na Assembleia, lembrou que o parlamentar era frequentemente procurado por colegas em busca de orientação, sobretudo pelos mais jovens. Segundo ele, o deputado sempre esteve disponível para ajudar e teve atuação constante nas comissões do Legislativo.

A ligação de José Dias com a Igreja Católica também foi lembrada durante a sessão. O arcebispo emérito de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha, citou a participação do parlamentar na criação do feriado estadual em homenagem aos Santos Mártires de Cunhaú e Uruaçu e em iniciativas relacionadas à Igreja no estado.

Antes dos pronunciamentos, foi exibida uma mensagem gravada pelo senador Rogério Marinho (PL), que classificou o homenageado como um homem público marcado pela retidão, pelo compromisso com a verdade e pela lealdade. O senador afirmou esperar que os novos parlamentares se inspirem no legado de José Dias e na defesa do espírito público.




Ao receber a homenagem, José Dias afirmou que continuará acompanhando a política potiguar e participando da vida pública, mesmo após deixar o mandato parlamentar

## Uma nova etapa na vida pública

Em seu discurso, José Dias disse ter recebido a homenagem com emoção, mas afirmou que não queria transformar a solenidade em um momento de tristeza. O deputado contou que chegou a pedir a Gustavo Carvalho que não promovesse a iniciativa, por entender que a cerimônia marcaria sua despedida da Assembleia.



Autoridades, parlamentares, familiares e amigos participaram da sessão solene

"Esta homenagem indiscutivelmente me honra, pois ela nasce do impulso da amizade. E neste dia tão significativo é impossível não sentir um frio na barriga, seja por paixão ou por medo. É a emoção natural de quem sente a necessidade quase obrigatória de não decepcionar", declarou.

O parlamentar agradeceu a Deus, aos pais, à mulher, Diúda, ao filho Marcelo, ao neto João, aos familiares, eleitores, amigos e servidores que fizeram parte de sua trajetória. Também mencionou a importância dos colegas de Parlamento e das pessoas que o acompanharam ao longo das quatro décadas.

Ao falar sobre o encerramento dos mandatos, José Dias afirmou que não pretende se afastar da participação política. Disse que continuará acompanhando as decisões públicas, votando e expressando suas opiniões.

"Vou sair desta Casa e deste Plenário, mas não sairei da vida de vocês. Vou exercer com todo meu entusiasmo e determinação uma nova vida pública: como cidadão. Vou votar, vou acompanhar, vou emitir opinião, vou seguir numa nova trincheira, pois continuarei lutando", afirmou.

A sessão contou ainda com a presença dos deputados Cristiane Dantas (PSDB), Francisco do PT, Dr. Kerginaldo (PL), Coronel Azevedo (PL), Tomba Farias (PL) e Adjuto Dias (PL), além de autoridades, familiares e representantes de instituições do Rio Grande do Norte.

# Política Industrial abre caminho para novo ciclo de desenvolvimento no RN

*Projeto aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa prevê metas regionais, mecanismos de governança e ações para fortalecer empresas e atrair investimentos*

JOÃO GILBERTO / ALRN



ALRN aprovou a Política Industrial do RN, que estabelece diretrizes para orientar o desenvolvimento do setor

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou, por unanimidade, em 17 de novembro, o Projeto de Lei nº 378/2025, que institui a Política Industrial do Estado. A proposta estabelece diretrizes para orientar o desenvolvimento do setor pelos próximos dez anos, com medidas voltadas ao fortalecimento das empresas instaladas, à atração de novos empreendimentos, à inovação e à ampliação da geração de emprego e renda.

De iniciativa do Governo do Estado, o projeto recebeu 18 votos favoráveis no plenário, após cerca de um ano e três meses de tramitação na Assembleia. A aprovação ocorreu com a presença de representantes do setor produtivo, entre eles o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Roberto Serquiz. O texto segue agora para sanção governamental.

A proposta busca estabelecer uma política de longo prazo para a indústria potiguar, com planejamento, metas e mecanismos de acompanhamento. A intenção é garantir continuidade às ações de desenvolvimento econômico, independentemente das mudanças de gestão, além de aproximar o poder público, as empresas e as instituições de ensino e pesquisa.




## Planejamento para uma década

Um dos principais instrumentos previstos é o Plano Industrial Potiguar, que terá horizonte de dez anos. O documento deverá estabelecer metas para o desenvolvimento do setor, distribuídas territorialmente, indicar os órgãos responsáveis pela execução das ações e definir mecanismos para acompanhar os resultados.

O planejamento também prevê avaliações a cada dois anos. A partir desse acompanhamento, será possível verificar o cumprimento das metas, identificar dificuldades e propor ajustes nas medidas adotadas. O texto estabelece ainda a possibilidade de revisão do plano pelo Poder Executivo, em até seis meses após cada avaliação.

A proposta contempla a criação da Câmara de Governança da Política Industrial e do Núcleo de Inteligência Industrial. As estruturas deverão contribuir para a articulação entre o poder público, o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa e entidades de apoio ao desenvolvimento.

A Câmara terá papel na governança e no acompanhamento das ações, enquanto o Núcleo deverá reunir informações e conhecimento técnico para subsidiar o planejamento e as decisões relacionadas à indústria. A integração dessas instituições busca aproximar as demandas das empresas das políticas públicas e das pesquisas desenvolvidas no Estado.

JOÃO GILBERTO / ALRN




Plano Industrial Potiguar deverá definir metas, responsáveis e mecanismos de acompanhamento, com avaliações bienais para monitorar a execução das medidas previstas

# Desenvolvimento para além dos grandes centros

A interiorização das atividades industriais é outra diretriz da proposta. O planejamento deverá considerar as características econômicas e produtivas de cada região do Rio Grande do Norte, estimulando a expansão de empreendimentos para além dos principais centros econômicos.

A medida busca fortalecer cadeias produtivas regionais, ampliar a participação de fornecedores locais e criar oportunidades de trabalho em diferentes municípios. A distribuição territorial das metas também deverá permitir que as ações considerem as potencialidades e necessidades específicas de cada região.

O Estado reúne atividades industriais ligadas a diferentes segmentos, como petróleo e gás, mineração, produção de sal, alimentos, bebidas, confecção, metalurgia e construção civil. A cadeia de energias renováveis também apresenta possibilidades de expansão e de desenvolvimento de novos empreendimentos associados à produção e ao fornecimento de equipamentos e serviços.

Um dos objetivos da política é ampliar o processamento das matérias-primas e a agregação de valor à produção potiguar. Com isso, o Estado poderá fortalecer sua capacidade de transformar recursos naturais e produtos locais em bens industrializados, ampliando a participação das empresas em mercados de maior valor agregado.

O fortalecimento da indústria também alcança atividades que não estão diretamente ligadas às fábricas. O setor demanda serviços de transporte, logística, manutenção, tecnologia, fornecimento de insumos e comércio. Dessa forma, a expansão da atividade industrial pode movimentar diferentes segmentos da economia e ampliar os efeitos sobre a geração de emprego e renda nos municípios.

Encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa em agosto de 2025, o Projeto de Lei nº 378/2025 passou pelas comissões permanentes da Casa antes de chegar ao plenário.

JOÃO GILBERTO / ALRN



Presidente da FIERN, Roberto Serquiz, acompanhou a votação do projeto

Em setembro de 2025, a matéria recebeu aprovação na Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF), que analisou os aspectos relacionados à implementação da proposta. No mês seguinte, foi aprovada pela Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública, sob relatoria do deputado Luiz Eduardo (PL).

Durante a tramitação, parlamentares também defenderam a aprovação da proposta como forma de estabelecer diretrizes permanentes para o desenvolvimento industrial. Na reta final do processo, o deputado Hermano Morais (MDB) manifestou apoio à votação ainda em 2026, ressaltando as possibilidades econômicas do Estado nos segmentos de mineração, petróleo e gás, energias renováveis e tecnologia.

Na sessão de aprovação, o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), ressaltou a importância da matéria para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte. Os deputados Divaneide Basílio (PT) e Isolda Dantas (PT) também mencionaram o acompanhamento do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Laire Rosado Filho, e a atuação da Presidência da Casa para levar o projeto à votação.

O presidente da FIERN, Roberto Serquiz, acompanhou a deliberação no plenário. A participação de representantes da indústria marcou o encerramento da tramitação parlamentar da proposta.

## Próximas etapas

Com a aprovação na Assembleia Legislativa, o projeto segue para sanção da governadora. O texto prevê prazo de 120 dias para regulamentação pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec), etapa necessária para detalhar a execução das medidas previstas.

A implementação dependerá da definição das metas, da organização dos mecanismos de governança e da articulação entre os órgãos públicos e as instituições envolvidas. As avaliações bienais deverão permitir o acompanhamento dos resultados e a atualização do planejamento ao longo da década.

A Política Industrial estabelece, assim, um conjunto de diretrizes para orientar a atuação do setor no Rio Grande do Norte. A execução das medidas previstas será determinante para transformar as potencialidades econômicas do Estado em novos empreendimentos, ampliação da produção e oportunidades para empresas e trabalhadores.

# ALRN alcança 77,47% em transparência pública e supera média nacional

*Resultado do Programa Nacional de Transparência Pública coloca a Assembleia no nível Elevado e representa crescimento de 21,27 pontos percentuais em relação a 2025*

ALRN




ALRN alcançou 77,47% no Programa Nacional de Transparência Pública em 2026, o maior índice da Casa desde 2023

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) alcançou índice de 77,47% no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) 2026. O resultado representa o melhor desempenho da Casa desde o início da série histórica apresentada, em 2023, e eleva a classificação da instituição para o nível Elevado. A pontuação também supera a média nacional, de 69,65%, e indica avanço na disponibilização de informações e no acesso da população aos dados públicos.

Em comparação com 2025, quando a Assembleia registrou índice de 56,20%, o crescimento foi de 21,27 pontos percentuais. Em relação a 2024, quando a pontuação ficou em 49,89%, o avanço chega a 27,58 pontos percentuais.

A série histórica mostra oscilações no desempenho da instituição. Em 2023, primeiro ano da sequência apresentada, o índice foi de 53,55%. No ano seguinte, caiu para 49,89%, antes de voltar a crescer em 2025, quando alcançou 56,20%. Em 2026, a pontuação chegou a 77,47%, estabelecendo o maior resultado do período.

Para o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), o desempenho está relacionado ao trabalho desenvolvido pelos diferentes setores da instituição e ao compromisso com a transparência e a responsabilidade administrativa.

"Alcançar esse resultado é motivo de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por toda a Assembleia Legislativa. A transparência é um compromisso permanente da nossa gestão e uma demonstração de respeito ao cidadão. Temos trabalhado para modernizar nossos instrumentos, ampliar o acesso às informações e garantir que a população possa acompanhar cada vez melhor as atividades e a aplicação dos recursos públicos. Esse avanço é resultado do empenho dos nossos servidores e da integração entre os setores da Casa", afirmou.

Outro indicador que apresentou crescimento foi o atendimento aos critérios essenciais, que passou de 42,86% em 2025 para 80,77% em 2026. Esses requisitos têm peso específico na avaliação e o atendimento integral a eles é uma das condições para a obtenção dos selos de certificação do programa.

Para a controladora da ALRN, Johannes Guerra, o resultado reflete o envolvimento de diferentes áreas administrativas. Segundo ela, o desempenho não decorre de uma atuação isolada da Controladoria ou da Gestão Tecnológica, mas do trabalho conjunto das unidades responsáveis pela produção e disponibilização das informações.

"É um resultado muito positivo. Além do salto no índice comparado aos anos anteriores, a Assembleia ficou acima da média nacional, que foi de 69,65%. E esse resultado reflete a evolução da Casa no atendimento aos critérios de transparência avaliados", afirmou.

Johannes explica que o processo envolve o levantamento e a consolidação de informações produzidas pelas diversas unidades administrativas, além da identificação de lacunas apontadas pela metodologia de avaliação. Com base nesse diagnóstico, são realizados ajustes para ampliar a disponibilidade e a qualidade dos dados oferecidos à população.

A controladora também ressalta que o acompanhamento dos indicadores é contínuo. A intenção é identificar os requisitos ainda não atendidos e apresentar à gestão as medidas necessárias para avançar nos próximos ciclos. "Para os próximos ciclos, a expectativa é dar continuidade a esse trabalho, acompanhar os requisitos da avaliação ainda não atendidos,

de forma que a gente avance ainda mais", disse.

## Como funciona a avaliação

Conduzido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com os Tribunais de Contas de todo o país, o Programa Nacional de Transparência Pública avalia os portais de transparência das instituições públicas brasileiras por meio de uma metodologia padronizada. A iniciativa busca estimular a transparência ativa, ampliar o acesso à informação e fortalecer o controle social sobre a administração pública.

No ciclo de 2026, a avaliação considera 181 critérios, organizados em 22 dimensões. Os requisitos são divididos em três categorias: essenciais, obrigatórios e recomendados.

Entre os aspectos analisados estão a acessibilidade, a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as informações sobre emendas parlamentares e a divulgação de dados específicos das atividades de cada Poder.

A metodologia não verifica apenas se determinada informação está publicada. Também considera aspectos como disponibilidade, atualização, existência de séries históricas, possibilidade de download de relatórios e utilização de filtros de pesquisa. Cada requisito precisa ser comprovado por evidências disponíveis nos canais oficiais da instituição.

No caso da Assembleia Legislativa potiguar, o índice de 77,47% foi mantido após a etapa de validação da avaliação de 2026. O resultado, acompanhado pelo percentual de 80,77% nos critérios essenciais, compõe o desempenho da Casa no programa e aponta os requisitos que ainda podem ser aprimorados para ampliar o acesso da população às informações públicas.

ALRN




Controladora da ALRN, Johannes Guerra, atribuiu o avanço na transparência ao trabalho conjunto dos setores da Casa



JOÃO GILBERTO / ALRN




Comissões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte deliberaram 741 matérias até 26 de novembro, com 718 aprovações e 23 rejeições; balanço é parcial

# Comissões ampliam atuação na tramitação de projetos da ALRN

*Balanço atualizado até 26 de novembro aponta 741 processos deliberados e índice de aprovação de 96,9%; colegiados ainda terão reuniões até 10 de dezembro*

As comissões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) deliberaram 741 matérias em 2026, conforme levantamento atualizado até 26 de novembro. Desse total, 718 foram aprovadas e 23 rejeitadas, o que corresponde a um índice de aprovação de 96,9% entre os processos analisados. O balanço ainda não representa o resultado final do ano, uma vez que estão previstas novas reuniões até 10 de dezembro.

Ao todo, foram pautados 746 processos, dos quais cinco não chegaram a ser deliberados. O levantamento contabiliza 54 reuniões, sendo 47 ordinárias e quatro extraordinárias, além de três encontros de comissões especiais responsáveis pela análise de propostas de emenda à Constituição.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) concentrou a maior parte da atividade legislativa. O colegiado realizou 23 reuniões e teve 456 matérias pautadas. Desse conjunto, 452 foram deliberadas, com 433 aprovações e 19 rejeições. O número representa aproximadamente 60,3% de todas as matérias aprovadas pelas comissões no período.

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo aparece em seguida, com 221 matérias deliberadas e todas aprovadas. O resultado corresponde a quase um terço das aprovações registradas no balanço.

A Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) deliberou 11 matérias, das quais nove foram

aprovadas e duas rejeitadas. Já a Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública analisou 30 processos, com 28 aprovações e duas rejeições. A Comissão de Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania deliberou sete das oito matérias pautadas, todas aprovadas. Na Comissão de Saúde, as 17 propostas analisadas também receberam parecer favorável.

O levantamento inclui ainda três comissões especiais relacionadas a propostas de emenda à Constituição: a PEC 03/2023, a PEC 02/2026 e a PEC 03/2026. Cada uma realizou uma reunião e deliberou uma matéria, todas aprovadas.

JOÃO GILBERTO / ALRN



Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública da ALRN deliberou 30 matérias em 2026

## Ritmo de trabalho

Na avaliação do chefe da Procuradoria Legislativa da ALRN, César Rocha, o calendário eleitoral influenciou o funcionamento dos colegiados ao longo do ano, reduzindo a disponibilidade dos parlamentares para sessões e reuniões. Apesar disso, ele afirma que o fluxo de análise foi mantido e que as atividades ganharam ritmo no segundo semestre.

"A leitura que fazemos é de que o ano de 2026 foi impactado pelo calendário eleitoral, com redução da disponibilidade dos parlamentares para sessões e reuniões, fenômeno também observado no Congresso Nacional. O contraste é com 2025, ano caracterizado por estabilidade e alta celeridade. Ainda assim, o fluxo técnico foi mantido: comissões continuaram a pautar e a deliberar, e o segundo semestre acelerou frente ao primeiro", afirma.

O balanço divulgado em junho havia contabilizado 293 projetos analisados entre fevereiro e maio, com 279 pareceres favoráveis e 14 rejeições. No levantamento mais recente, o total de matérias deliberadas chegou a 741, considerando o conjunto de colegiados permanentes e especiais.

A centralidade da CCJR no processo legislativo está relacionada à sua função de examinar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa das propostas. Segundo César Rocha, a maior parte das matérias de mérito passa pelo colegiado antes de seguir na tramitação.

"Praticamente toda matéria de mérito passa antes pela CCJR, o que explica tanto seu volume quanto seu peso político-institucional", pontua.

O procurador também considera atípico o desempenho da Comissão de Educação, que aprovou todas as 221 matérias deliberadas. Na avaliação dele, o resultado indica uma pauta consensual, composta em grande parte por propostas de mérito social e ambiental, com baixo grau de conflito entre os integrantes.

Os números ainda podem mudar até o encerramento das atividades das comissões, previsto para 10 de dezembro. As reuniões restantes poderão ampliar o total de matérias pautadas e deliberadas no ano.

JOÃO GILBERTO / ALRN




Comissão de Constituição, Justiça e Redação deliberou 452 matérias em 23 reuniões e aprovou 433 delas; colegiado examina a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa

ALRN



Comissão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte faz visita técnica ao Centro de Convenções de Natal para posse do novo governador

# Da eleição à posse: o papel da Assembleia Legislativa

*Constituição Estadual e Regimento Interno estabelecem as etapas da solenidade que formaliza o início do mandato do governador e da vice-governadora.*

A cada quatro anos, a escolha feita pela população nas urnas resulta em uma mudança na composição do Poder Executivo estadual. No Rio Grande do Norte, a formalização do início de um novo mandato ocorre em solenidade conduzida pela Assembleia Legislativa, instituição à qual cabe receber o compromisso constitucional do governador e da vice-governadora eleitos.

A cerimônia de posse de Cadu Xavier, eleito governador do Rio Grande do Norte, e de Larissa Rosado, eleita vice-governadora, está prevista para 6 de janeiro de 2027, às 15h, no Centro de Convenções de Natal, na Via Costeira. A solenidade será realizada em sessão especial da Assembleia Legislativa, conforme estabelece a Constituição Estadual.

Mais do que uma etapa protocolar, a posse representa o ato que oficializa a investidura dos eleitos nos cargos e marca o início do exercício das responsabilidades atribuídas ao Executivo estadual. O procedimento é disciplinado pelo artigo 58 da Constituição do Estado e detalhado no artigo 182 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

## O que determina a Constituição

A Constituição do Rio Grande do Norte estabelece que o governador e o vice-governador tomam posse em sessão especial perante a Assembleia Legislativa. Na ocasião, devem prestar o compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis, promover o bem geral do povo e exercer os respectivos cargos com lealdade e honra.

O compromisso reúne os princípios que devem orientar o exercício dos mandatos. Ao pronunciá-lo, governador e vice-governadora assumem publicamente o dever de respeitar a ordem constitucional, cumprir as normas legais e atuar em benefício da população potiguar.

A realização da sessão especial também está prevista no artigo 42 da Constituição Estadual, que inclui entre as competências da Assembleia Legislativa reunir-se para receber o compromisso do governador e do vice-governador.

## As etapas da solenidade

O artigo 182 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa estabelece a sequência de procedimentos que orienta a cerimônia de posse. O rito começa com a abertura da sessão especial pelo presidente da Casa, responsável também pela composição da Mesa.

Em seguida, uma Comissão de Líderes parlamentares é designada para conduzir o governador e a vice-governadora eleitos até o recinto da solenidade. Após a entrada, o governador ocupa o lugar à direita do presidente da Assembleia, enquanto a vice-governadora fica à esquerda, conforme o protocolo regimental.

Na sequência, o presidente da Casa convida o governador eleito a prestar o compromisso constitucional. O mesmo procedimento é realizado com a vice-governadora. Ambos assumem formalmente o compromisso de cumprir as Constituições, observar as leis e exercer os cargos de acordo com as responsabilidades estabelecidas pelo ordenamento jurídico.

Concluída essa etapa, o presidente da Assembleia Legislativa declara oficialmente empossados o governador e a vice-governadora do Estado, em nome do Parlamento.

A solenidade prossegue com a leitura dos termos de posse pelo primeiro-secretário da Assembleia. Os documentos registram a investidura dos eleitos nos respectivos cargos e são assinados pelo governador, pela vice-governadora, pelo presidente da Assembleia e pelos secretários da Mesa.

A assinatura dos termos formaliza documentalmente o ato e integra o registro institucional da posse.

Após o cumprimento dessas etapas, o Regimento Interno prevê a possibilidade de o governador dirigir a palavra à Assembleia Legislativa. Encerrada a manifestação, o presidente declara finalizada a sessão e acompanha as autoridades até a saída do local.

# A atribuição institucional do Parlamento na posse

Embora a escolha do governador e da vice-governadora seja feita diretamente pela população, por meio do voto, a formalização do início do mandato ocorre perante o Poder Legislativo, conforme determina a Constituição Estadual.

A cerimônia também marca o início de um novo período de atuação do Executivo e estabelece, em seu primeiro ato oficial, a relação institucional com a Assembleia Legislativa. Os dois Poderes possuem atribuições próprias dentro da organização política e administrativa do Estado, com competências definidas constitucionalmente.

Ao conduzir a solenidade, a Assembleia cumpre uma atribuição prevista na Constituição Estadual, além de exercer suas demais funções legislativas e de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte realiza o credenciamento dos profissionais de comunicação interessados em cobrir a posse do governador e da vice-governadora. As inscrições estarão abertas de 1º a 15 de dezembro de 2026, por meio de formulário eletrônico que será disponibilizado.

Poderão se cadastrar jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos, blogueiros e representantes de páginas e redes sociais. O formulário solicitará informações como nome completo, e-mail, telefone, veículo de comunicação e função exercida.

A retirada das credenciais será realizada no dia 16 de dezembro, das 8h às 14h, na sede da Assembleia Legislativa. Para participar da solenidade, os profissionais credenciados deverão utilizar traje passeio completo, em conformidade com o caráter formal da cerimônia.



EDUARDO MAIA / ALRN



Seminário dos 21 Dias de Ativismo reuniu cerca de 150 pessoas na Assembleia Legislativa do RN para discutir a prevenção da violência contra as mulheres e o acesso à rede de proteção

# Assembleia mobiliza sociedade e convoca homens para combater violência contra mulheres

*Programação dos 21 Dias de Ativismo reuniu especialistas, promoveu ações educativas em Natal e reforçou a importância da prevenção e da rede de proteção*

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) realizou, entre os dias 24 e 26 de novembro, uma programação voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres. As atividades integraram a campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", promovida pela Procuradoria Especial da Mulher (ProMulher), em parceria com a Frente Parlamentar da Mulher. A agenda reuniu especialistas em um seminário na sede do Legislativo e levou ações educativas a dois centros comerciais de Natal.

A deputada Cristiane Dantas (PSDB), procuradora especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, defendeu que as ações dos 21 Dias de Ativismo ajudem a fortalecer o trabalho de prevenção à violência e o atendimento às mulheres que procuram a rede de proteção. Para a parlamentar, a mobilização dá visibilidade a um problema que exige atuação permanente dos órgãos públicos.

ALRN




Deputada Cristiane Dantas, procuradora especial da Mulher na Assembleia

"Os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres são um período importante para chamar a atenção da sociedade para uma realidade que precisa ser enfrentada todos os dias. É fundamental fortalecer as políticas públicas de prevenção, proteção e acolhimento, garantindo que nenhuma mulher tenha seus direitos violados ou sua vida ameaçada", afirmou.

Segundo Cristiane, o Rio Grande do Norte já havia registrado 21 vítimas de feminicídio em 2026 até 26 de novembro, ante 19 em todo o ano de 2025. A deputada citou os números ao defender que as instituições da rede de aten-

dimento mantenham contato entre si para orientar as vítimas . "Então, nenhuma forma de violência contra a mulher pode ser tolerada. Por isso, precisamos estar constantemente articulados com os diversos atores para assegurar que as mulheres tenham acesso à justiça e à proteção", disse.

Cristiane também citou a formalização do convênio com a Defensoria Pública do Estado. "Como deputada, reafirmo meu compromisso com essa luta, porque nenhuma mulher deve viver com medo", afirmou Cristiane.

A programação começou na manhã de terça-feira (24), com o seminário "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", realizado no Salão Nobre da Assembleia. O encontro reuniu cerca de 150 pessoas, entre representantes de instituições e integrantes da sociedade civil. Em formato de roda de conversa, o debate abordou diferentes perspectivas sobre a violência de gênero, os mecanismos de proteção e a formulação de políticas públicas.

Participaram a advogada e professora Mariana de Siqueira; o defensor público-geral do Rio Grande do Norte, Francisco Sidney Feijão; a promotora de Justiça Ana Jovina Ferreira, do Ministério Público estadual; e a superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no RN, Fabiana Fábrega. A deputada Cristiane Dantas também integrou a discussão, assim como a presidente da Frente Parlamentar da Mulher, deputada Divaneide Basílio (PT).

Um dos temas abordados foi a importância da educação para prevenir a violência desde a infância. A discussão considerou a presença de comportamentos machistas em diferentes espaços sociais e a necessidade de trabalhar o respeito e a igualdade nas relações desde os primeiros anos de formação.

A utilização de dados estatísticos também esteve entre os assuntos do seminário. Fabiana Fábrega explicou que as pesquisas do IBGE permitem analisar desigualdades a partir de recortes de gênero. Segundo ela, essas informações podem ser cruzadas com levantamentos de outras instituições para identificar quais grupos de mulheres são mais atingidos pela violência e contribuir para a elaboração de políticas públicas.

A deputada Divaneide Basílio defendeu que a mobilização não fique restrita a iniciativas pontuais. A parlamentar é autora da proposta que instituiu a campanha no calendário estadual e afirmou que a transformação da iniciativa em lei busca garantir sua continuidade independentemente das mudanças de governo.

# Campanha integra calendário estadual

No Rio Grande do Norte, os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas foram instituídos pela Lei Estadual nº 12.400, de 2 de setembro de 2025. A legislação estabelece a realização anual da campanha entre 20 de novembro e 10 de dezembro e prevê ações de informação, prevenção, conscientização e mobilização da população.

A iniciativa acompanha uma mobilização internacional que reúne atividades de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. O período inclui o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, celebrado em 25 de novembro, e termina em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a campanha também incorpora o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Além do seminário, a programação da Assembleia levou ações educativas ao Partage Norte Shopping, na quarta-feira (25), e ao Midway Mall, na quinta-feira (26). Nos dois locais, equipes da ProMulher e da Frente Parlamentar da Mulher realizaram atividades de orientação e distribuíram materiais informativos sobre prevenção e enfrentamento à violência.

A atuação da Procuradoria também envolve acolhimento, orientação e encaminhamento de mulheres que procuram ajuda. A proposta é informar sobre os meios de denúncia e aproximar as vítimas dos serviços disponíveis na rede de proteção. A parceria com a Defensoria Pública do Estado amplia esse atendimento, com oferta de orientação jurídica no anexo da ProMulher, na Rua Jundiaí, no bairro Tirol, em Natal.

EDUARDO MAIA / ALRN



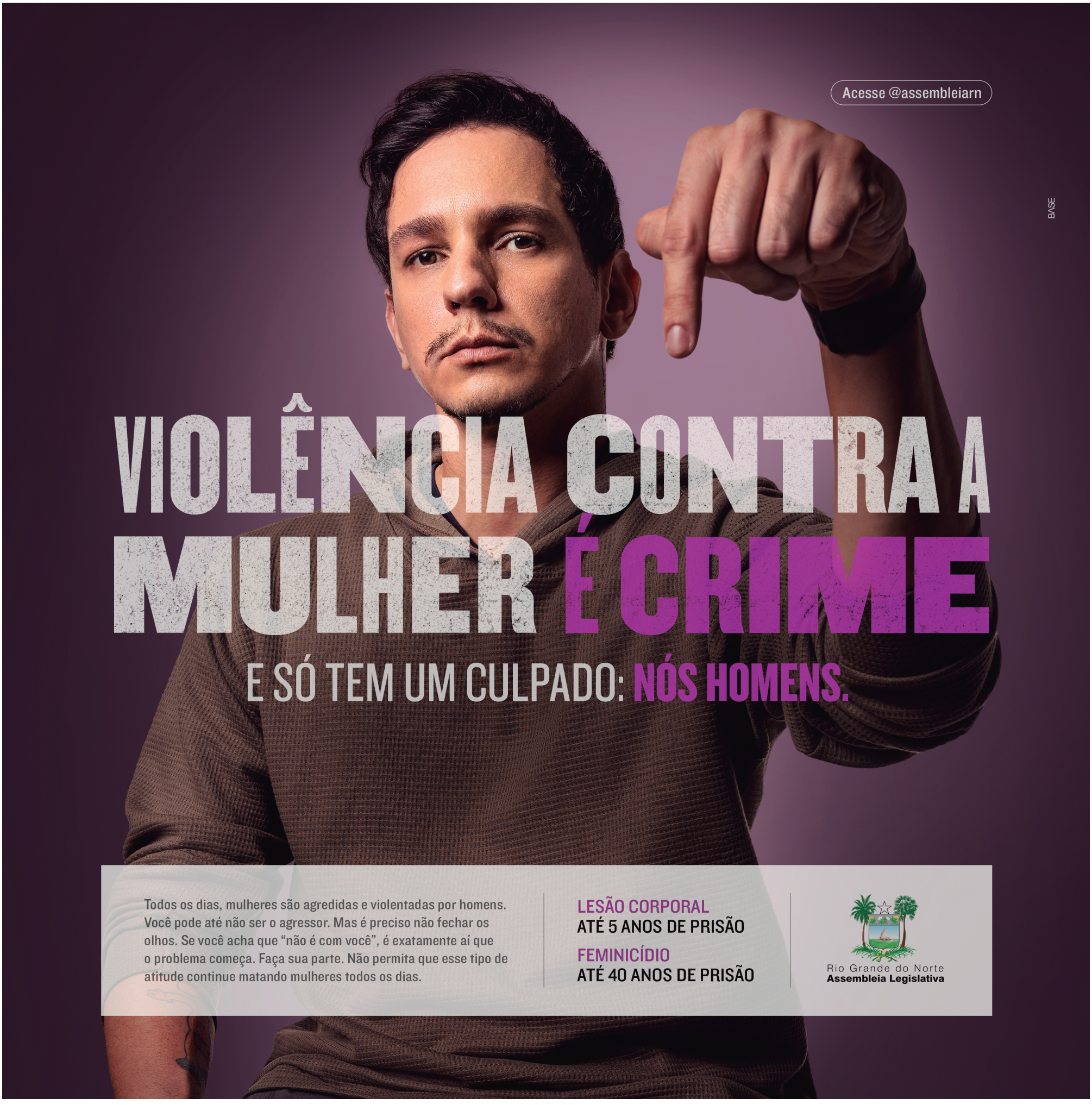

Roda de conversa reuniu especialistas e representantes da sociedade civil para debater como a educação desde a infância pode ajudar a prevenir a violência contra as mulheres

# Números dimensionam a violência

Dados da Procuradoria Especial da Mulher ajudam a dimensionar a situação no Rio Grande do Norte. Conforme levantamento divulgado pela Assembleia Legislativa em outubro, o estado registrou 8.772 ocorrências de violência contra a mulher em 2026, uma média de 731 por mês. Até junho, foram contabilizados 47 casos de feminicídio consumado ou tentado, dos quais 11 resultaram em mortes e 36 foram classificados como tentativas.

No cenário nacional, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 recebeu 155.111 denúncias de violência em 2025, segundo o Ministério das Mulheres. O número representa uma média de 425 denúncias por dia e aumento de 17,4% em relação a 2024, quando foram registrados 132.084 casos. O canal também oferece orientações sobre direitos e informações sobre os serviços da rede de atendimento.

Com a mobilização, a Assembleia busca ampliar o acesso à informação, fortalecer o diálogo entre instituições e sociedade e estimular a participação dos homens no enfrentamento à violência. A discussão sobre educação, prevenção e atendimento também abre espaço para avaliar medidas que possam ser aprimoradas nas políticas públicas estaduais.


Acesse @assembleiarn
BASE
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É CRIME
E SÓ TEM UM CULPADO: NÓS HOMENS.
Todos os dias, mulheres são agredidas e violentadas por homens. Você pode até não ser o agressor. Mas é preciso não fechar os olhos. Se você acha que "não é com você", é exatamente aí que o problema começa. Faça sua parte. Não permita que esse tipo de atitude continue matando mulheres todos os dias.
LESÃO CORPORAL
ATÉ 5 ANOS DE PRISÃO
FEMINICÍDIO
ATÉ 40 ANOS DE PRISÃO
Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa